

ECONOMIA

**MARIANA MAZZUCATO ECONOMISTA,
PROFESSORA NA UNIVERSITY COLLEGE LONDON**

“A maior parte das PME não presta”

Entre banqueiros centrais, Mariana Mazzucato, que também dirige o Instituto para a Inovação e Objectivos da UCL, colocou o Estado no centro do processo de crescimento e inovação.

RIU PERES JORGE
rpjorge@negocios.pt
BRUNO SIMÃO
Fotografia

“Para o Mario, O Estado como investidor de primeiro recurso, não apenas como credor de último recurso”.

Foi esta a dedicatória que Mariana Mazzucato escreveu na cópia do seu livro que ofereceu a Mario Draghi em Sintra, após ter intervenido num dos painéis do Fórum do BCE dedicado à inovação e ao papel do Estado. A frase é clarificador sobre as propostas desta economista de centro esquerda que defende que o Estado deve ter um papel excitante na economia, definindo uma visão de longo prazo, que implementa através de uma estratégia de investimento público activo, correndo riscos e aceitando erros e sucessos com a mesma naturalidade, e procurando trabalhar lado a lado com os privados como co-criador de riqueza.

Defende que, ao contrário do que muitas vezes se diz, são de facto poucas as empresas que efectivamente desejam investir. O que a leva a essa conclusão?

Há por um lado uma questão empírica: neste momento as empresas não estão a investir, há níveis re-

corde de acumulação de dinheiro e liquidez, e também níveis recorde de financialização: ou seja, a aplicação de lucros em investimentos financeiros ou em compras de acções próprias e bónus à gestão associados a desempenho financeiro e não em investimento em capital humano ou em investigação e desenvolvimento. Depois, há outra questão que é o que sabemos sobre o que conduz ao investimento empresarial.

E porque investem as empresas?

A melhor pessoa a falar sobre este tema é o Warren Buffet que há uns tempos perguntava: ‘porque reduziram o meu imposto sobre ganhos de capital? Se acho que vai haver um grande crescimento numa área, invisto independentemente das taxas de juro ou de imposto’. Ora, o que o investimento público fez no passado e não está a fazer agora foi criar essas oportunidades, na econo-

mia digital, nas tecnologias digital, biológica, farmacêutica, verde. O que papel que vejo para o investimento público é o de moldar e dirigir áreas gerais de desenvolvimento, atraindo para aí o investimento do sector privado.

E como escolhe o sector?

Não se trata de escolher um sector, mas sim uma área geral para a qual podem contribuir os vários sectores da economia.

Mas os governos já fazem isso, por exemplo através de subsídios.

Não se dá dinheiro a empresas para não fazerem nada concreto e correndo riscos de incoerências: esse é o problema dos subsídios. Esqueça-os! Precisamos de investimento público activo em novas áreas. Não é apenas em tecnologias verdes. Mas por exemplo em cuidados de saúde

“Faz falta que os governos ofereçam liderança e apontem um caminho, que possa ser seguido pelo privado.”

“Os subsídios criam uma relação parasitária.”



e de velhice, que numa sociedade envelhecida como a Europa, exigirá resposta de muitos sectores, dos transportes aos cuidados de saúde, passando pelo tratamento de grandes bases de dados.

Se há oportunidades, por que razão é que o sector privado não a identifica e aproveita?

As falhas de mercado existem, e devem ser resolvidas pelo Estado. Mas não chegam para justificar o papel do investimento público, que deve identificar e enfrentar os desafios de desenvolvimento para um país. Foi esse tipo de posicionamento que levou a Silicon Valley e ou que está a levar a China a investir 1,7 biliões em energia verde.

Há desafios que são demasiado grandes para o sector privado lidar com eles, é isso?

O sector privado pode ver uma oportunidade, mas a não ser que exis-

ta uma visão por parte do Estado, que alinhe políticas, crie certeza, e permita compensar os que apostam no longo prazo, então pode simplesmente ser mais fácil fazer dinheiro noutras áreas.

Mas porque é essa intervenção mais directa do Estado é muito melhor que os subsídios?

Os subsídios criam uma relação parasitária. Faz falta que os governos ofereçam liderança e apontem um caminho, que possa ser seguido pelo privado.

Através do investimento público?

Sim, mas não só. É também através da definição de condições. O sector privado não pode apenas receber um subsídio ou beneficiar um investimento público sem condições. Sempre que o faz, o Estado deve por condições para que, por exemplo, o sector privado invista em inovação nes-



sa área. Outra hipótese é impor condições nas patentes, impedindo que as empresas patenteiem o conhecimento que levou às suas invenções. As patentes devem ser limitadas e fracas e não abrangente e fortes, pois isso atrasa a inovação.

Defende a aposta pública nos privados que querem investir e inovar. Como?

Em primeiro lugar, é importante escolher uma direcção, o que não é um sector nem uma tecnologia, mas um desafio para a economia; depois, é preciso definir instrumentos muito concretos, que não são subsídios, mas programas que permitem diferenciar entre as empresas estão dispostas a envolver-se neste jogo e precisam de financiamento paciente, possivelmente com apoio público. Apenas 4% da comunidade das PME estão interessadas neste tipo de abordagem, por isso: parem com

este financiamento estúpido de PME. Ou se o querem fazer, façam-no, mas não por razões económicas. Façam-nos por razões folclóricas, porque gostam de diversidade.

É por isso que defende que grande parte das PME está sobre-financiada?

A maior parte das PME não presta. Porque razão as quer financiar? Financie os professores e a educação, pelo menos isso sabemos que é importante e dá resultados. Eu não tenho nada contra as empresas: o investimento privado é fundamental. Mas não faz sentido apostar em sectores, ou em campeões nacionais. Temos de apostar em áreas de futuro e em empresas que estão dispostas a envolver-se nesse processo.

O Estado deve desempenhar um papel ao lado do privado?

Exacto: o valor é criado colectivamente, não é apenas pelas empresas. E ao ter um papel activo na criação de valor, o Estado deve ter uma palavra a dizer, não apenas pela regulação, mas também enquanto co-criador da riqueza. A esquerda progressiva falhou nisto, porque entendeu que o seu papel é essencialmente de redistribuição de recursos. Mas isso é aborrecido. É necessário, mas não é excitante.

Acredita no sector privado?

Sim, claro, mas o meu ponto é que nós sabemos por que razão o sector privado é importante, temos escolas de gestão a dizer-nos isso. Mas não sabemos porque razão o sector público é importante. Por isso, as Parceiras Público Privadas são mal estruturadas e o sector público acaba por ser tramado e a desempenhar um papel aborrecido. ■

A Europa corre risco de vida

A inovação nunca foi tão dinâmica, mas depois diz-se que a produtividade não cresce e portanto os salários também não. Como se explica isto?

Bom, por um lado, a produtividade tem crescido, o que não tem acompanhado são os salários, e isso nada tem a ver com tecnologia. E isto é o resultado da luta de classes. Há outro argumento, que desvaloriza as inovações de hoje face às do passado, mas que penso que não está certo. O que acho que se passa é que faltam políticas que permitam às inovações darem os seus resultados, garantindo-lhes coerência e um propósito. Finalmente, temos outro problema: quando o sector privado deixa de investir em investigação e desenvolvimento e em recursos humanos, está tramado.

Na conferência em Sintra respirou-se um certo ar de optimismo. Partilha-o?

Estou muito pessimista. A não ser que acorde. Em geral, acho que há formas granulares de reformar o sistema em direcção a um capitalismo mais inclusivo e sustentável, com outro papel para o Estado e outro comportamento empresarial. Na Europa é também preciso reconhecer que a crise não aconteceu porque a Alemanha crescia por causa das reformas de Schroeder, e que todos os outros países deviam ter cortado salários. A Alemanha cresceu por causa do Kfw [Banco de desenvolvimento alemão], por causa de uma estratégia de financiamento paciente da inovação, por causa de uma estratégia de inovação orientada em torno da energia. A Europa vai morrer se continuar a achar que o centro é forte porque apertou o cinto, e a periferia é fraca porque gastou demais. Esta narrativa não nos permite sequer compreender as diferenças de competitividade. E se estas se tornarem maiores é impossível ter uma UE, vamos acabar numa guerra. ■

5 DIAS 5 ENTREVISTAS

Conversas em Sintra

Durante três dias, o BCE reuniu em Sintra alguns dos economistas mais influentes do mundo no pensamento sobre crescimento, investimento, inovação e produtividade. O Negócios conversou com vários, procurando perspectivas complementares sobre como crescer no pós-crise e os desafios que a Europa enfrenta.



**2a
FEIRA**

SIMON JOHNSON

Professor MIT
A perspectiva norte-americana



**3a
FEIRA**

PHILIPPE AGHION

Professor no Collège de France
Europa com Emmanuel Macron



**4a
FEIRA**

MARIANA MAZZUCATO

Professora na University College
À procura da inovação



**5a
FEIRA**

DAVID AUTOR E ANNA SALOMONS

MIT e Universidade de Utrecht
Emprego num mundo de robôs



**6a
FEIRA**

GUNTRAM WOLFF

Director do Bruegel
Europa no pós-crise